

Perspectivas pós-nacionais para línguas nacionais

1. Prolegómenos

Os últimos dez anos apresentaram uma drástica mudança no status das línguas na Europa. Até ao fim da chamada Guerra Fria, a situação linguística europeia parecia de certa forma consolidada; desde então, desenvolvimentos, há tempos esboçados, vêm ganhando uma dinâmica própria, que está relacionada com uma metáfora tão manipulável como artificial chamada globalização. Gostaria de tratar um pouco dessas conexões, tendo em vista as línguas europeias, com uma atenção especial à língua alemã. Nesta se cristalizam os desenvolvimentos e os problemas de forma específica – e, continuamente, sem o conhecimento dos falantes de alemão, com a aceitação dos mesmos, que parecem quase cegos para as consequências. Tais consequências, se se estivesse diante delas, de olhos abertos, provavelmente desafiariam ou até mesmo conduziriam pelo menos à reflexão, talvez até à transição de uma abstinência e passividade para uma atitude activa no âmbito da política de língua.

Ora, a ponderação dos próprios interesses não é necessariamente uma característica importante dos actantes históricos e, bem frequentemente, trata-se apenas de interesses imaginários, cujo tratamento ocasiona o desprezo dos interesses reais. A história alemã do século XX está precisamente cheia de tais dilemas; a maioria acabou em tragédias, muitos também em farsa. De que modo isso está associado às línguas, e com que género será relacionado, não está ainda definido.

Na actuação política, a redução da complexidade atinge uma distribuição a preto e branco, em que se pode decidir e negociar, justamente porque uma realidade complexa foi inicialmente reduzida a uma alternativa entre sim e não, ou também entre "o bem" e "o mal". Por outras palavras: para o próprio processo decisivo é produzido um artefacto mental, para que a actuação seja compensatória e de todo possível. Além dessa distribuição a preto e branco existem, com certeza, as zonas cinzentas, que exigiriam uma visão, um tratamento e uma actuação mais diferenciados.

Tendo em vista o efectivo grau de complexidade das realidades sociais, estas e as construções a preto e branco divergem, sem dúvida,

cada vez mais. A exactidão de acerto das construções diminui, as decisões tornam-se, por assim dizer, mais "arbitrárias", e o *laissez-aller* torna-se fatal.

Reflexão, e também reflexividade, manifestam-se progressivamente como condições imprescindíveis para a possibilidade de uma actuação colectiva, que procura porém esquivar-se a essas exigências de forma atávica, mas constante. (Os mega-discursos actuais dão exemplos suficientes, caso estes sejam necessários.)

A reflexividade social como condição para a possibilidade de uma actuação, que visa o êxito social, necessita e é expressão de um novo Iluminismo, e isso numa situação que trouxe a celebração da irracionalidade renovada *à l'ordre du jour*. Projectos de dialecticidade, nos quais a dialéctica do Iluminismo se apresenta silenciosamente, e nos quais ela é compreendida como facto de uma modernidade autoconsumidora, transformam o trabalho da negatividade em paradoxo. Eles paralisam o movimento dialéctico. Um novo Iluminismo não admite essa finalização.

A reflexividade social é condição para a possibilidade de uma actuação que reconheça a diferença na globalidade e a deixe entrar em acção, sem a estabelecer absolutamente e assim automaticamente a qualificar em globalidade e a transfigurar. Isso exige uma ruptura com os hábitos fundamentais de pensamento, com um pensar, que está localizado entre o *ens absolutum* e o *ens individuale*, entre a Metafísica e a revolta contra ela – e a base do que pensar significa para nós.

A língua é um lugar, onde a problemática das chamadas sociedades pós-modernas embate repetidamente, e assim se concretiza. A história do sistema de pensar europeu está estreitamente relacionada com o desenvolvimento dos sistemas linguísticos – uma compleção, em vista da qual a questão, de uma coisa ser possível sem a outra, de uma ter prioridade sobre a outra, "a língua" ou "o pensar", se distingue como mais uma construção a preto e branco.

2. Da situação das línguas da Europa na situação das línguas mundiais

O recenseamento das línguas no mundo, como sempre oscilante nos seus pormenores, chega a um número entre 4000 e 7000 línguas. As dificuldades em determinar uma por uma são consideráveis. O conceito de "língua" partilha com todos os conceitos complexos aquela falta de nitidez, que simplesmente o faz maneável para o conheci-

mento. Porém, uma observação mais precisa das relações demográficas conduz a especificações interessantes. Haarmann (2001), que chega ao número total de 6417 línguas no mundo (uma precisão, que se deve sobretudo à necessidade de se ter uma base de cálculo para uma determinação de cem por cento), indica, que a porção das 273 línguas, que segundo ele são faladas actualmente por mais de um milhão de pessoas, constitui aproximadamente 85% da população mundial; o chinês, com 1,2 bilhão de falantes, atinge 23,6 %, portanto aproximadamente um quarto da população mundial; o inglês, 11,3%; o hindi, 8,2%; o espanhol, 6,9%; o russo, 4,7%; o árabe, 4,1%. Analisemos por um instante esta última língua, para que possamos observar a problemática com um pouco mais de precisão. O chamado alto-árabe, determinado pelo Alcorão, e a variedade da linguagem literária, que se baseia no alto-árabe embora tenha características diferentes, mostram diferenças consideráveis em relação às inúmeras variedades regionais. Se incluíssemos as cotas de iliterariedade (num sentido lato), o número dos "falantes" de árabe iria mudar de forma drástica. Uma observação mais precisa do chinês mostra uma problemática semelhante, pois o "chinês" é substancialmente uma variedade escrita – na progressiva impossibilidade da compreensão oral mútua numa das grandes ou pequenas variedades faladas.

No total são 12 línguas, que têm mais de cem milhões de falantes – seguem o bengali, o português, o indonésio, o francês, o japonês e finalmente o alemão. Todas essas línguas com mais de 100 milhões de falantes estão em oposição às línguas pequenas, com menos de 1000 falantes. Elas abrangem, todas juntas, menos de 500.000 falantes. A esse grupo pertencem quase 2000 línguas. Na Austrália, sendo 255, elas constituem 95,8% das línguas faladas.

Com toda a problemática dos números e da sua interpretação, uma coisa está bem clara: a Europa, com as suas aproximadamente 70 línguas, atinge mais ou menos 1% do número de línguas mundiais. A comparação com as relações linguísticas na Austrália ilustra uma particularidade do "Velho Continente": ele distingue-se por uma relativamente grande homogeneidade linguística. A quantidade de línguas na Europa ultrapassa insignificadamente a quantidade das 51 línguas faladas no estado africano de Benin com aproximadamente seis milhões de habitantes. Ela é ainda menor do que a quantidade de línguas da Etiópia (60 milhões de habitantes, 82 línguas).

Acima de tudo: a parte preponderante das línguas europeias pertence a uma única família de línguas, a indo-europeia (mais de 90%).

Apenas o grupo ugro-fínico atinge uma certa diferenciação. O grupo turco, amplamente propagado na Ásia, já fica quase marginal; a única língua semítica da Europa, o maltês, que talvez devesse quase ser considerado como criouliizado, é em todo caso exótico no quadro geral – e isso vale ainda mais para aquela primitiva rocha linguística, o basco, que está ali de todo isolado no mundo das línguas.

3. Hegemonia linguística

Através da política colonial eurocentrica e eurohegemónica na idade moderna, as línguas europeias estenderam-se pelo mundo fora. Em nenhuma outra língua, esse facto se torna mais claro do que no português. O seu número de falantes europeus ronda os 10 milhões; na República Federativa do Brasil, ex-colónia de Portugal, mais de 150 milhões de pessoas falam português. Para o espanhol é característica uma relação de 1:10, semelhante à relação para o inglês (573 milhões de falantes no mundo por aproximadamente 58 milhões de falantes nativos no Reino Unido).

Uma observação das línguas na actual situação mundial desconsidera rapidamente essas diferenças. A parte do discurso da globalização referente à língua é em todo caso realmente global, tão global como o discurso económico e político: são feitas afirmações globais, para que o conteúdo dessas afirmações se torne uma realidade política e social global.

O quadro das línguas, apresentado pelo mundo e pela Europa após a descolonização, é um quadro colonialmente determinado. As expansões coloniais dos séculos passados não deixaram, em qualquer outro lugar, relíquias tão profundas como no panorama linguístico. Isso vale para o oeste e leste europeus, o continente norte e sul americanos, até à África, Ásia e naturalmente Austrália: os republicanos lutaram na Irlanda pela sua língua tão obstinadamente como pela sua república. O IRA teve sucesso na proclamação da república – não na restituição da língua irlandesa. A República Irlandesa fala a língua colonial inglesa, e até mesmo numa variedade própria. As ex-colónias da Rússia continuam em parte a usar o russo – apesar dos esforços intensivos em favor das línguas locais nos primórdios da União Soviética. O inglês deve o seu triunfo mundial ao sucesso da política colonial do Reino Unido, e naturalmente os *dissenters* formulavam a sua *dissent*, no leste da América do Norte, em inglês. A emancipação da América Latina da coroa

espanhola, no século XIX, deixou para trás, como herança do colonialismo, a língua espanhola, e apenas em pouquíssimos lugares uma língua indígena alcançou o estatuto de uma língua nacional (como o quechua no Peru e, desde 1967, o guarani no Paraguai). As línguas dos aborígenes na Austrália gozam de grande popularidade nas pesquisas linguísticas – e são, da mesma forma, objecto de interesse folclórico e de antiquários como tantas das línguas, que estão ameaçadas de extinção. Quase metade das línguas, que apresentam mais de 100 milhões de falantes, são línguas coloniais; são línguas que devem sua importância ao processo mundial de colonização. (Uma observação diferenciada do árabe e do chinês seria associada a estas reflexões, no entanto, não se trata aqui de potências coloniais para o mundo pós-colonial na nossa compreensão actual, mas de potências em processo colonizatório, parcialmente colonizadas.)

As doze maiores línguas mundiais podem ser ordenadas em função dos processos de colonização: as maiores colónias tinham falantes de inglês, espanhol, português, francês e – de uma forma específica – de russo. Poucas colónias, ou melhor, nenhuma colónia tinha falantes de japonês e de alemão; estes tentaram, em meados do século XX, uma colonização extrema da maior parte dos seus territórios vizinhos, e também do mundo (com objectivos políticos). Áreas colonizadas, ou parcialmente colonizadas são as regiões linguísticas do chinês, hindi, árabe e do bengali. O indonésio ocupa uma posição privilegiada e deve a sua posição actual ao processo de descolonização: foi o fanal do movimento de independência desde 1928 (Haarmann 2001, 177).

4. Glotografia europeia

Também o mundo linguístico europeu, com as suas cerca de 70 línguas, se deixa dividir entre línguas com grande e pequeno número de falantes – do russo-europeu e do alemão com 100 milhões ou mais de falantes, até ao gaélico de Man (segundo se diz com ainda um falante). Entre estes extremos se estende uma enorme série de línguas europeias.

Em analogia com a "demografia" podemos falar de uma "glotografia". Analisando as línguas com o maior número de falantes, o russo encontra-se no primeiro lugar com aproximadamente 143 milhões de falantes, dos quais 119 milhões na Europa, segue-se-lhe o alemão, com cerca de 97 milhões, o italiano (61 milhões) e o francês com cerca de 60 milhões; só então surge o inglês (58 milhões). Este ponto merece uma

particular atenção: no que diz respeito às línguas maternas, o inglês ocupa apenas o quarto lugar na Europa e não é, de forma alguma, a língua número um, como nos é frequentemente sugerido numa apresentação reduzida e num paralogismo evidente, porém impreciso. O grupo do italiano, do francês e do inglês é muito semelhante quanto à distribuição. O espanhol vem em seguida com 38,9 milhões. Seguem-se duas línguas eslavas, o ucraniano (37 milhões) e o polaco (37 milhões).

Tendo em conta o número de falantes, segue-se o neerlandês, com 20,8 milhões (por assim dizer, a mais pequena das línguas maiores ou, dependendo de como os holandeses se querem ver, a maior das mais pequenas). Segue-se o romeno, como uma língua românica oriental (20,4 milhões), o serbo-croata (se for permitido considerar o critério linguístico e não o etno-político e se continuarmos a utilizar a descrição dupla "serbo-croata": 17,8 milhões). O húngaro, a primeira língua ugro-fínica a entrar no panorama, com 13 milhões de falantes.

Segue-se o checo (10,1 milhões), o português (10 milhões) e o grego com 9,9 milhões de falantes – sendo esta último igualmente uma língua com estrutura e maneira próprias na família das línguas indo-europeias. De entre as línguas com menos de dez milhões de falantes seguem-se o russo branco ou bielo-russo (8 milhões) e o búlgaro (7,3 milhões), nas línguas nórdicas (o sueco com 7,8 milhões, o dinamarquês (5 milhões), o norueguês (4,3 milhões); nas ugro-fínicas o finlandês (4,7 milhões) e o estónio (1 milhão). O eslovaco (4,9 milhões); o albanês com 3,4 milhões; o lituano (3 milhões); o letão (1,39 milhão), mas também o esloveno (1,75 milhão) alcançam ainda mais de um milhão de falantes, assim como o irlandês (1,09 milhão) de acordo com vários recenseamentos. Os dados do bretão (1,85 milhão) oscilam consideravelmente. Esta língua pertence a um terceiro grupo pequeno no que diz respeito ao número de falantes, que vai de menos de um milhão de falantes até aproximadamente 100 000 falantes ou ainda menos (vide o gaélico de Man). A esse grupo pertence o basco (800.000), o frísio do oeste (700.000), o frísio do norte (10.500), o feróico (47.000), o inuktitut na Groenlândia (47.000), o lapão (45.000)... Essa lista não está completa. (A recorrência a outros dados, como são encontrados na representação do "Summer Institute of Linguistics" na web www.ethnologue.com, modifica o quadro.) Os números citados são baseados em Haarmann (2001).

Em resumo: as línguas que encontramos na Europa são línguas com um número de falantes consideravelmente diferente. No entanto, temos no conjunto uma relativa homogeneidade, composta pelos poucos

grupos já mencionados: pelas línguas indo-europeias, pelas ugro-fínicas, em especial pelo húngaro, pelo finlandês e pelo estónio; pelas línguas turcas, com o turco na parte europeia da Turquia, e por línguas como o maltês ou o basco. A homogeneidade torna-se ainda mais evidente, se observarmos os grandes grupos de línguas indo-europeias como o germânico, românico e eslavo: o grupo mais extenso é o eslavo, com quase 270 milhões de falantes; o germânico e o românico encontram-se abaixo dos 200 milhões. As outras partes da área linguística indo-europeia na Europa são, em comparação, marcadas por um número muito pequeno de falantes.

5. Línguas homogeneizadas

Mudando da demografia externa e da característica linguística tipológica para o interior de todas essas línguas, elas são caracterizadas por uma grande homogeneidade. Nós dizemos "o russo", "o alemão", "o inglês" etc. – com um direito histórico, mesmo se enquadrarmos nessas caracterizações todas as diferenças, as diversas variedades, linguisticamente falando, num resumo abstracto. Todas estas línguas são homogeneizadas, que se tornaram, ou melhor, foram transformadas numa língua uniforme num processo de política de língua, de política de educação e de produção literária – num processo, que abrange os últimos 400 anos. Nestes 400 anos, surgiu na Europa um número total de 30 línguas em si homogêneas, que foram desenvolvidas para as exigências comunicativas e convertidas em línguas gerais. Isto não é óbvio, contrariamente ao que nos parece, como muito bem sabem os políticos de língua de todas essas línguas, que se encontram antes de um tal processo de homogeneização, como por exemplo os representantes do basco. O basco divide-se numa série de variantes – línguas faladas em regiões diferentes. Actualmente pode-se observar no basco, como se produz uma língua uniforme, e isso também quer dizer unificada e homogênea, um basco unitário, como se fosse um paralelo do "alto alemão", do "alemão comum". Em contrapartida, não resultou até hoje noutras áreas linguísticas, especialmente em relação ao francês do sul com o occitano e o provençal, mas também semelhante ao baixo-alemão.

O catalão é um exemplo clássico de como a homogeneização resultou e pôde ser politicamente estabelecida – e com êxito após o fim do regime de Franco.

Para o futuro da Europa e da sua diversidade linguística essa homogeneização assume um papel importante, ou melhor: o desenrolar, a conclusão de um tal processo de homogeneização de cada língua existente na Europa.

6. Consolidação

Analisemos o processo de homogeneização um pouco mais de perto. Ele significa primeiramente uma ampliação do alcance comunicativo. As condições e necessidades para tal são conhecidas. A economia, em especial a economia de mercado em desenvolvimento, atinge progressivamente segmentos maiores dos sectores sociais e um grupo cada vez maior de utilizadores da língua. O discurso dos processos religiosos acompanhou estes desenvolvimentos dos seguidores de Petrus Valdis, passando pelos chamados pré-reformadores, até Lutero e Calvino: todos esses processos da Reforma significaram, simultaneamente, a expansão das línguas populares e colaboraram consideravelmente para a consolidação dessas línguas. Em terceiro lugar: os processos de expansão atingiram finalmente a ciência: Das rebeliões do sistema de conhecimento de um Bruno, passando pelo estabelecimento de novos tipos de texto (de um novo estilo) da Royal Society, até à introdução de um estabelecimento universitário de língua alemã.

A emancipação da língua-mestre de toda comunicação supralocal e supraregional, ou seja do latim, através da expansão em todos os sectores da prática comunicativa até à consolidação, que se manifesta numa descrição minuciosa e igualmente num ensino das línguas como a produção de uma literatura em "dialetto volgare". Este processo atingiu as línguas europeias em tempos diferentes, em intensidade diferente, com consequências diversas, mas em princípio geralmente da mesma forma.

Estes processos foram inteiramente e por muito tempo compatíveis com as múltiplas formas de domínio regional. Os processos reformatórios foram, principalmente na Alemanha, apoiados essencialmente pelos estados territoriais, que se consolidavam politicamente. Na França, os regentes absolutistas não só aproveitaram a oportunidade para o fortalecimento do seu poder utilizando vários procedimentos semióticos, mas também utilizando a influência reguladora e a política de imposição do poder central na forma de uma instituição regulamentadora da língua, a *Académie Française*.

O resultado é uma situação linguística, na qual (a) o papel do latim regride progressivamente, (b) uma produção literária genuína se desenvolve continuamente; e (c) a "característica de línguas principais" (Schottel) das línguas de comunicação em formação é teoricamente afirmada e justificada com grande ênfase.

7. Projecto Nação

Este amplamente avançado desenvolvimento linguístico entrou, no início do século XIX, numa nova dinâmica, que está estreitamente relacionada com a política geral. Após um rápido momento de hesitação, em que – de forma antiabsolutista – a grande quantidade de línguas realmente faladas pelo povo em França teve que ser registada e depois talvez até fomentada (a missão do Abbé Grégoire), a revolução prosseguiu com a política de unificação da língua do antecessor odiado. Com isso, a língua na Europa passou a sofrer influência – como diz B. Andersen – do chamado "Projecto Nação". No mais curto tempo sucedeu uma decisiva mudança no quadro linguístico. A reorganização da metáfora "nação", que no início se assumiu, por assim dizer biologicamente (mas de uma forma igualmente inofensiva se assumiu como unidade de nascimento como constituinte de grupo) torna em seguida a metáfora um desafio para a realização desse projecto. O vácuo, que foi provocado através da decapitação de Luís XVI e também semioticamente premeditado, precisava de ser preenchido, a "dinastia" perdeu a sua função legitimadora. A "nação" ocupou o seu lugar. A língua homogeneizada tornou-se da mesma forma a base e o programa para aceitação e instituição da semelhança comum.

A situação linguística era naturalmente outra. Simultaneamente ao emprego dessa ficção como uma metáfora hipostática para a constituição de uma nação, no sentido fundamentalista do Estado, foi formulado um programa secreto e depois cada vez mais aberto. A escola tornou-se o meio de transmissão. Também nesse ponto as relações na França eram de uma nitidez exemplar. O estabelecimento de uma educação nacional foi o lugar de generalização da língua unificada como base comunicativa da colectividade do Estado.

Essa unificação foi obrigatoriamente imposta por todo o lado, onde as estruturas linguísticas pressupostas pela ficção não existiam, portanto sobretudo no sul (Languedoc), mas também no oeste (Bretanha), no norte (Dunkerque), no leste (Alsácia e Lorena), no sudoeste (País Basco) e na ilha da Córsega.

A civilização dos falantes do patois significou a submissão dos mesmos ao poder central, que então se legitimava de outra forma. As formas alternadas de estado não modificaram nada nesse processo. O resultado foi a separação da realidade linguística em realidade da língua nacional e realidade das línguas que não se tornaram língua nacional. Porque, onde as tendências económicas e políticas separatistas não tinham e não encontraram uma base suficiente, também não entraram linguisticamente em acção.

Esse fenómeno de subjugação da língua na França sob o Projecto Nação conferiu a algumas línguas na Europa o estatuto de línguas nacionais. Como tal, elas eram línguas do Estado e foram utilizadas na administração civil. A diferença entre a sua importância e a das línguas que as desacreditavam cresceu progressivamente.

O modelo era extremamente atrativo. Ele deveria tornar-se num dos motores decisivos de transformação em estados pós-dinásticos na história posterior da Europa. No entanto, o modelo correspondia somente em parte às factuais históricas. A simples equalização "nação – povo – estado – língua – religião" só deu realmente certo em poucos casos. O único estado pré-dinástico da Europa, a Federação Suíça, não chegou para a afirmar tal como a Bélgica neodinástica, que somente em 1830 começou a existir. Apesar disso, o modelo desenvolveu-se com uma força eficaz (e explosiva, que vigora até hoje). Em diversos lugares, onde as minorias linguísticas procuram assegurar novamente a sua identidade, onde elas tentam, mesmo que com atraso, realizar o "Projecto Nação", e onde essas tentativas se transformam em poder material, trata-se também de uma luta das línguas. A divisão de um estado croata de um sérvio separa a língua serbo-croata em duas. A formação de uma unidade política própria da Bósnia contribui para o estabelecimento de uma língua serbo-bosno-croata. As diferenças linguísticas específicas, instituidoras de identidade permitiriam sem muito trabalho a formação de um grande número de línguas novas nacionais, se para tal existisse um interesse político; dos francos aos frisios, dos pomerânios passando pelos saxões até os sórbios, dos hessianos do norte até aos hessianos do sul – para não falar dos alamanos e dos bávaros.

A insuficiência da língua como constituinte nacional exigia, como se sabe, um incentivo maior do conceito Nação. As construções biológico-racistas serviram essa procura – com resultados catastróficos. O conceito linguístico também estava com certeza caracteristicamente envolvido. Depois do fracasso desse racismo na Europa em 1945, a

junção entre nação e língua manteve-se. A virulência do programa apresenta-se por completo na história europeia do pós-guerra, ao mesmo tempo que na história pós-colonial do mundo.

8. Alemão

Essa junção tem, no entanto, consequências duradouras em relação à importância da língua no sistema social geral de conhecimento. Isso não é em nenhuma outra língua tão nítido como no alemão, pois este ocupa uma posição singular específica no contexto do "Projecto Nação". Se as línguas, que foram sujeitadas sob o nacionalismo político, se desenvolveram em outros países numa direção cerrada às relações políticas, ambas divergiram caracteristicamente na área onde se falava alemão. Neste caso era a unidade linguística que precedia de longe a política. Assim a língua ganhou uma importância extraordinária. Ela foi transformada num substituto político extremamente eficiente. Quando o segundo império fundou uma unidade política, a unidade linguística pôde permanecer como já há tempos firmada para além do discurso político, e particularmente do comunitário. Ela era justamente a base destes discursos. Com isso ela conseguiu uma metátese interessante, uma mudança local no sistema social de conhecimento: de algo, que era discutido na sociedade, a língua tornou-se uma condição implícita, uma pressuposição desse discurso. Pressuposições são em geral justamente privadas de processos de reflexão. O seu poder deve-se à circunstância, de que quase sempre não se fala sobre elas, mas com elas. Influências invisíveis de dimensão considerável, sendo da mesma forma discretas, e desse modo privadas dos processos do discurso social e de reflexão, são facilmente esquecidas. O óbvio não precisa de mais nenhum esforço.

Isso manifesta-se desde 1870 em relação à língua alemã na estrutura jurídica dos estados. Hoje em dia, a língua só é em geral tematizada num local de extrema organização – ou seja, na lei da organização judiciária. De contrário, os textos que servem de base para os diferentes estados, são redigidos em língua alemã – mas eles não conferem a essa língua nenhuma expressão escrita de base legal.

As situações nos países europeus são neste caso diferentes. Na Itália, a língua também tem uma importância específica, que no fundo apenas atingiu os seus objetivos no final do século XX. Poder-se-ia rever os estados europeus por ordem: o quadro resultante mostra um espectro de

formas de realização do conceito básico de uma concepção linguística nacional. De acordo com o desenvolvimento de cada país a língua torna-se mais ou menos directamente funcionalizada. O conceito como tal pode valer como generalizado e básico europeu.

No processo de descolonização, o papel da língua foi transformado de acordo com esse conceito. Proporcionalmente, apenas poucos estados se privaram dele. A carreira do conceito de língua nacionalizada parecia invencível.

9. Nacionalidade globalizada, marginalização

Isto também vale e talvez quase fortalecido para aquela potência global, que transforma por um lado a sua globalidade, e por outro o seu nacionalismo politicamente. Quase nunca isto foi manifestado com mais nitidez do que nas reacções às novas qualidades de terror de 11 de Setembro de 2001.

A prática linguística americana é uma prática que se concentra amplamente no inglês. A importância de outras línguas – particularmente das línguas dos emigrantes no próprio país – é marginalizada de forma específica aos três sectores, família, lazer e amigos (complementados pelo folclore e pela religião), formando as zonas residuais de todas as línguas de origem, que não são idênticas à americana. As línguas nacionais na Europa também destinam essas zonas residuais a todas as outras línguas – ao bretão, como ao frísio do norte, ao sardo como ao occitânico – a não ser que o grupo social esteja em si próprio suficientemente marginalizado, como por exemplo no caso do lapão ou em grande parte das línguas indígenas da América do Norte e do Sul.

10. Pós-nacionalidade / Cenário I

Uma parte das línguas é portanto uma simbiose com o conceito nacional. Uma simbiose, que adquiriu pompa e prestígio. Ao mesmo tempo, esta simbiose torna-se ameaçada e com ela as línguas dessa forma consolidadas, no mais tardar, quando o próprio conceito nacional se tornar frágil e entrar em crise social. Este é no entanto o caso na Europa actual por várias razões e por motivos fundamentais. Embora as prognoses do fim completo do estado nacional ainda pareçam precipitadas. A prática da unificação europeia, uma prática insidiosa, e

francamente clandestina acaba cada vez mais com partes de conceitos centrais do "Projecto Nação". Isso conduz à inviabilidade de uma nova reflexão sobre as constelações linguísticas. Em contrapartida, apresentam-se diversos conceitos, que desembocam respectivamente em cenários próprios – nos quais eles possam ser experimentados. Eu gostaria de tematizar dois desses cenários.

Hoje em dia o cenário mais conhecido é provavelmente o cenário de uma língua mundial comum europeia. Essa parece ser a medida ideal para a "globalização". "Uma língua – uma humanidade – um mundo". Dessa forma se tenta traduzir a unificação linguística nacional numa configuração pós-nacional. Não contando com as actuais realizações linguísticas não muito eficazes de um modelo semelhante (esperanto, volapük etc...), o inglês torna-se então favorecido em geral. Os números de falantes somente não justificam esse facto – mas antes os números de falantes estrangeiros e sobretudo também a eficiência da expansão colonial britânica, que ocasionou dependências do inglês em todos os continentes.

Um modelo semelhante teria com certeza consequências massivas para todos que não têm essa língua como língua materna, e de forma específica também para os seus falantes. Para calculá-los um por um é preciso modelos de cálculo políticos, cujo desenvolvimento ainda está no início. O aprofundamento desse assunto não é pertinente no âmbito deste artigo.

Gostaria muito mais de observar mais de perto o carácter teórico linguístico deste cenário. Ele baseia-se na suposição da linearidade de um processo de desenvolvimento linguístico. Uma progressão linear do processo observado no contexto europeu dos últimos 400 anos é produzida tanto para as sociedades e seus integrantes como para o seu principal meio de comunicação. Da mesma forma que as línguas-padrão, como línguas nacionais tiraram o poder comunicativo e marginalizaram todas as outras línguas existentes no seu respectivo território, talvez assim seja provável ou até necessário para os processos sociais e individuais de comunicação.

Nesse caso, ainda se fala com certeza das dimensões do meio "língua" de forma bem abreviada. Nem a função gnosiológica da língua, de importância extrema, até central para os sistemas sociais de conhecimento, nem a sua função comunitária são consideradas. Isto é um conceito de língua instrumentalista reduzido, que é praticado na transmissão de um conceito linguístico nacional e demasiadamente formado.

Como resultado de um cenário semelhante, as línguas perdem as suas funções em ambas dimensões – excepto naquelas zonas residuais

de uma cultura diária não pública. A divisão dos mundos de conhecimento e das práticas comunicativas, que foi até agora inicialmente superada nas democracias, é justamente formada de maneira essencialista. Através disso, a língua perde ao mesmo tempo a tarefa de ser meio de reflexão social para as demais zonas. Aqueles sistemas de conhecimento, que não entram numa unidade linguística monolíngual perdem o seu significado, e conseguem quando muito uma presença fragmentada. Os processos decisórios dos actantes sociais dividem-se em dois sectores. A produtividade criativa nas línguas marginalizadas quase já não é de esperar, excepto em aspectos puramente locais e regionais. Isto diz respeito sobretudo à ciência e aquilo que é literatura, em sentido conservador.

Simultaneamente, esta concepção de língua nacional transmutada em transnacional é sem dúvida especificamente associada a *uma* língua nacional: a americana. Isso confere aos representantes dessa língua um ganho adicional no campo comunicativo, que já entrou em andamento sob o título económico da globalização.

Uma série de práticas desacreditadas serve para a imposição desse modelo. Enquanto áreas linguísticas isoladas entraram em oposição, quase sempre bem sucedida, justamente uma ansia de amalgamação e submissão da própria prática comunicativa à chamada "língua franca" é observada numa série de representantes, como por exemplo no alemão. Isto tem várias razões, em parte também simples. Uma certa tendência para a acomodação é compatível com uma forma oblíqua de relacionamento com a própria história, em parte desastrosa. A própria história factual ainda não resolvida experiência um pseudo-tratamento, quando a identidade linguística não só aparece, mas também é praticada de qualquer maneira e facilmente sacrificada.

11. Pós-nacionalidade / Cenário II

Um outro cenário dá seguimento às línguas-padrão europeias transformadas em línguas nacionais e pressupõe essa continuidade. Naturalmente, isso não é nada mais do que a insistência na continuidade não pronunciada e no prolongamento futuro daquilo que foi produzido na nacionalização das línguas. As práticas burocráticas de Bruxelas não permitirão isso na Europa. Para um cenário, que tem a continuação das línguas nacionais como reservas específicas comunicativas, resulta uma tarefa paradoxal, que, como todos os paradoxos, só pode

ser resolvida, condensando-se numa dialéctica específica, e conceituando a própria prática linguística também como forma de movimento das contradições entre as estruturas tradicionais de estatuto e prestígio e as tarefas comunicativas futuras: para a conservação do resultado e da eficácia daquilo que deve o seu efeito actual ao "Projecto Nação", é necessária a superação linguística conceitual do mesmo. Esta é uma tarefa específica europeia. Naturalmente, ela não está de modo nenhum limitada ao velho continente. Os grandes estados com várias línguas, como a Índia, encontram-se numa situação semelhante. Pode ser possível, que a Europa talvez (eu enfatizo talvez) contribua com condições relativamente favoráveis para que essa tarefa seja realmente iniciada. Para isso, é preciso uma nova maneira de pensar a língua, na qual a qualidade específica dos recursos de uma configuração linguística pós-nacional seja transformada e desenvolvida numa utilização do potencial linguístico.

Concluindo, isto será ilustrado em duas teses. A primeira refere-se à necessidade da experiência linguística do ser estrangeiro para a produção da reflexividade comunicativa. Relativizar o próprio sistema de conhecimento, concebido na própria língua, através da oposição a outros, não simplesmente de tais sistemas compensatórios é uma condição básica para o ingresso num processo de reflexão, que talvez possa possibilitar um questionamento sobre si mesmo, controlado, e por isso com menos risco de regressão. Isto é de uma fundamental relevância ética no campo da comunicação. Uma visão do mundo, que em geral se coloca de forma ingénuo, pré-reflectida e sobretudo através de pressuposições não reflectidas da própria conceituação pode entrar num processo discursivo de reflexão que abdica do seu direito, sem ver o seu direito comunicativo fundamentalmente em perigo.

O que acabei de descrever agora mesmo não é, a meu ver, nada mais do que parte de uma hermenêutica diária prática indispensável para a actual situação mundial. O tratamento pré-reflectido da diferença não é nenhum conceito ético praticável na comunicação para o futuro comunicativo do género, tendo em vista a presença de um conhecimento geral do mundo e da variedade de diferenças.

O outro exemplo diz respeito à relação entre comunicação e democracia. Para o êxito da democracia é indispensável uma comunicação diferencial. Somente se ela der certo, a outra alternativa que extermina de qualquer forma, e que acompanha o desenvolvimento mundial como a sombra sempre ameaçadora da barbárie, é superada. A marginalização de línguas através da sua exclusão do processo democrático e de

todos os processos centrais e essenciais para o êxito da sociedade é uma parte de tal prática aniquiladora. Esta também se põe como uma questão ética no campo da comunicação. Hermenêutica diária, prática, significa que a grande maioria e todos os cidadãos de uma tal democracia estejam em condições de se relacionar uns com os outros através do discurso. Esta não é a concepção de uma sociedade ideal discursiva, mas a concepção de uma *estrutura real discursiva*. Ela exige, respectivamente, mais do que a estilização de uma ideia reguladora. Exige o desenvolvimento e o desdobramento de modelos de um tratamento pós-nacional da língua.

Se não só a concepção teórica de tais modelos num esforço transnacional na Europa em formação, mas sobretudo também a realização prática desses modelos no acto linguístico derem certo, o futuro das línguas tem uma hipótese, e através dela o futuro também tem uma oportunidade. O desenvolvimento de tais modelos significa, ao mesmo tempo, a tentativa, com esperado sucesso, de encontrar uma resposta para aquela pergunta formulada recentemente por Derrida da seguinte forma: Como se pode "salvar a diferença linguística", como "resistir à hegemonia internacional de uma língua de entendimento (...) – sem com isto dar espaço ao nacionalismo, à celebração ou à soberania do Estado nacional?".

Uma tal resposta exige para a sua prática um outro tratamento da língua, especialmente, no lugar, que prevê o fornecer a cada geração o necessário para a sua actuação social: ou seja, nas instituições educacionais. A didática linguística tem, neste caso, a tarefa de realizar uma reflexão sobre a língua, de habilitar para essa reflexão, e com isso de manter viva a conjuntura social.

Mas sobretudo, a língua primeiramente como meio, como lugar e método de formação de identidade, concede a cada um aquela participação indispensável na sociedade, que a torna muito mais um lugar do próprio entendimento concreto do que um oponente abstracto.

Para chegar a esse ponto, são necessários exemplares esforços europeus – que são exemplarmente ricos em oportunidades.

Eles exigem daquilo que teve êxito como filologia nacional para o estabelecimento da ligação entre língua e nação, uma mudança no modo de pensar, que considere com seriedade a transnacionalidade como horizonte do próprio trabalho. O entendimento para além das pressupostas limitações do "Projecto Nação" e das suas consequências exige um trabalho reflexivo que seja aplicável na prática social. Apenas neste processo será aberto, a meu ver, um novo espaço comunicativo,

além do simples folclore, também para as línguas que não se tornaram nacionais. Sobretudo porém, um pensar multidimensional poderá, numa multiplicidade de línguas, desenvolvida socialmente e em processo de transformação numa multiplicidade concreta e individual, salvar os recursos das várias línguas do mundo, a sua medialidade instituidora de conhecimento, prática e sociedade numa – então – diferenciada história do género.

Konrad Ehlich (Universidade de Munique)
(Tradução: Fabiana de Oliveira Gouveia)

Bibliografia

- Anderson, Benedict (1983), *Die Erfindung der Nation* [A invenção da Nação]. Frankfurt/Main, Campus.
- Ehlich, Konrad (1998), *Medium Sprache* [Medium Língua]. In: Strohner, Hans/Sichelschmidt, Lorenz/Hielscher, Martina (eds.) *Medium Sprache*. Frankfurt/Main u.a., Lang, 9-21.
- Ehlich, Konrad / Ossner Jakob / Stammerjohann, Harro (2000), *Hochsprachen in Europa* [Línguas na Europa]. Freiburg, Fillibach.
- Ehlich, Konrad (2002), *Europa der Sprachen – Mehrsprachigkeit oder Einsprachigkeit?* [Europa das línguas – Multilingualismo ou monolingualismo?]. In: Schubert, Venanz / Ehlich, Konrad (eds.) *Sprachen und Sprachenpolitik in Europa* [Línguas e política de língua na Europa]. Tübingen, Stauffenburg.
- Gardt, Andreas (2000), *Nation und Sprache* [Nação e língua]. Berlin u.a., de Gruyter.
- Haarmann, Harald (1993), *Die Sprachenwelt Europas* [O mundo linguístico da Europa]. Frankfurt/Main, Campus.
- Haarmann, Harald (2001), *Kleines Lexikon der Sprachen* [Pequeno lexikon das línguas]. Munique, Beck.
- Römer, Ruth (1985), *Sprachwissenschaft und Rassenideologie in Deutschland* [Linguística e ideologia das raças na Alemanha]. Munique, Fink.

